

ISABEL HUB FARIA *
MARIA JOSÉ GROSSO **
ROSA LOPES **

DEZ ANOS DE AUTO-REFERÊNCIA:
QUE TRANSFORMAÇÃO NA ORIENTAÇÃO
PARA O SIGNIFICADO DE *MULHER*
NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA?

A quase total ausência das mulheres no desempenho de altos cargos políticos na vida portuguesa, quer antes, quer após o 25 de Abril, insere-se numa perspectiva de sociedade onde a organização e distribuição dos cargos públicos se constitui tradicionalmente a partir da divisão sexual. Tal divisão implica, em primeiro lugar, diferenças no que toca o significado e avaliação do poder reconhecido a cada um dos sexos no campo cultural, no campo político e no campo económico, tradicionalmente controlados pelo sexo masculino; em segundo lugar, constitui uma forte barreira ao entendimento e ao desenvolvimento da relação entre cultura, política e economia, contribui para a manutenção da distinção qualitativa entre a acção individual e a acção colectiva e para a separação da visão local da perspectiva global.

Numa democracia que se enuncia apenas de há pouco mais de dez anos para cá, onde, a par de um conceito alargado de liberdade, se ousam simultaneamente as primeiras acções nesse sentido, ideias e práticas nem sempre coincidem. A aquisição de novos conceitos e adopção de novos princípios não são suficientes para operarem a mudança dos valores e das posições tradicionalmente dominantes. Se a Constituição Portuguesa reconhece a igualdade dos sexos no que toca direitos e deveres, na prática, tal igualdade está longe de se verificar.

* Professora Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa.

** Alunas do 2.º ano do mestrado de Linguística Portuguesa Descritiva (FLL).

É de admitir, no entanto, que a presença de mulheres na Assembleia da República pudesse ter imprimido, ao longo de dez anos, quer no plano das acções, quer no plano dos conceitos, as marcas suficientes para abrir caminho a uma progressiva transformação do conceito de Mulher na sociedade portuguesa.

Por duas razões. A primeira, directamente ligada ao facto de as mulheres eleitas para a Assembleia da República, ao assumirem as suas funções, constatarem ser, muitas vezes, sujeito e objecto do seu próprio discurso. Por outras palavras, ao dizerem-se, enquanto deputadas, diriam «Mulher» a partir de um novo posicionamento. A segunda, ligada ao processo de interacção e intercomunicação entre mulheres e homens, no trabalho a desenvolver na Assembleia da República, obrigando, à partida, ao reconhecimento de semelhanças de funções e admitindo diferenças nas formas como cada um as deve ou pode desempenhar.

É com base nestes pressupostos que partimos para a observação das intervenções de fundo sobre o 8 de Março — Dia Internacional da Mulher.

Entre 1974 e 1984 só não se registaram intervenções sobre o *Dia Internacional da Mulher* nos anos de 1975 e 1983.

No espaço de dez anos, foram as seguintes as intervenções de *deputadas*, sobre este tema:

- 10 *intervenções do PCP*, a cargo de:
Fernanda Patrício, Ercília Talhadas, Alda Nogueira, Josefina Andrade, Conceição Morais, Ilda Figueiredo e Luísa Cachado;
- 6 *intervenções do PS*, a cargo de:
Teresa Ambrósio, Maria Alzira Lemos, Beatriz Cal Brandão e Rosa Maria Albernaz;
- 5 *intervenções do PSD*, a cargo de:
Amélia de Azevedo, Rita Vidal, Manuela Saraiva, Marília Raimundo e Natália Correia;
- 3 *intervenções do CDS*, a cargo de:
Maria José Sampaio, Isilda Barata e Luísa Raposo;
- 2 *intervenções do MDP*, a cargo de:
Helena Cidade Moura;
- 1 *intervenção da UEDS*, a cargo de:
Teresa Santa Clara Gomes;

- 1 intervenção de uma Independente:
Carmelinda Pereira.

Sobre o mesmo tema, registaram-se as seguintes intervenções de deputados do sexo masculino:

- 3 intervenções da UDP, a cargo de:
Acácio Barreiros e Mário Tomé;
- 2 intervenções do PSD, a cargo de:
Rui Machete e Lemos Damião.

A extensão discursiva do total das 28 intervenções do sexo F foi de 3174 linhas. O sexo M, nas suas 5 intervenções, tem uma extensão discursiva de 698 linhas. Uma média de 113 linhas por discurso do sexo F e de 140 por discurso do sexo M.

Os anos que registaram maior número de intervenções foram:

- 1978 — 4 intervenções do sexo F (PCP, PS, CDS, INDEP)
2 intervenções do sexo M (UDP, PSD)
- 1980 — 5 intervenções do sexo F (2 do PCP, 1 do PS, PSD, MDP)
2 intervenção do sexo M (UDP)
- 1981 — 6 intervenções do sexo F (PCP, PS, PSD, CDS, MDP, UEDS).

1. COMO SE AUTO-REFEREM AS MULHERES DEPUTADAS E COMO SE POSICIONAM ENQUANTO SUJEITO

Tratando-se de discursos de mulheres, sobre mulheres, seria, *a priori*, de esperar que a forma de auto-referência mais utilizada fosse a categoria nominal «mulher» ou equivalente. Tal uso verificou-se, de facto, para a totalidade do corpus, onde as percentagens médias de utilização de cada tipo de auto-referência foram as seguintes:

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| 1. Desinência verbal de 1. ^a pessoa singular (ex: digo) | 4,5% |
| 2. Pronomes de 1. ^a pessoa do singular (ex: eu digo) ... | 2,4% |
| 3. Desinência e pronome de 1. ^a pessoa plural (ex: nós dizemos) | 14,2% |
| 4. Desinência e pronomes de 3. ^a pessoa singular/plural (ex: diz-se) | 25,0% |

- | | |
|-----------------------------------------------------------------|-------|
| 5. Categoria nominal (ex: a <i>mulher</i> diz) | 34,2% |
| 6. Infinitivo/Gerúndio (ex: dizer (a <i>mulher</i>)) | 19,5% |

Ordenando por ordem decrescente os tipos de auto-referência, vemos que as deputadas se posicionam como sujeito, em primeiro lugar, a partir da categoria nominal (tipo 5) e só em último caso, como sujeitos individuais (tipos 1 e 2).

A locutora constitui-se como sujeito, «mulher», por exemplo, assumindo explicitamente as qualidades e relações distribuídas a esta categoria nominal, constituindo-se depois em função da mesma categoria, por integração implícita nos valores com ela relacionados (tipo 4) «*elas lutam*», para se associarem depois a acções ou estados de coisas e às modalidades que o sujeito assume ou pode assumir (tipo 6) «*vencer os preconceitos*» por exemplo, e, a partir de aí, se identificarem como elemento de um conjunto «*nós*» (tipo 3) do qual só esporadicamente se individualizam: «*eu*» (tipo 1 e 2).

Não é por acaso que sendo a *desinência verbal* e o *pronome pessoal de 1.ª pessoa do singular* as formas de auto-referência naturalmente disponíveis no sistema linguístico português para referência do sujeito são, no entanto, *as formas menos utilizadas neste contexto. As mulheres deputadas tendem a não assumir a inteira responsabilidade do que elas próprias podem dizer sobre as mulheres, preferindo que sejam os valores, atribuídos social e ideologicamente às mulheres, a falarem por si próprios.*

2. COMO SE AUTO-REFEREM OS HOMENS DEPUTADOS E COMO SE POSICIONAM ENQUANTO SUJEITO

O discurso masculino dos deputados da Assembleia da República sobre o 8 de Março caracteriza-se por um posicionamento que parte da desinência verbal da 1.ª pessoa do plural, isto é, o locutor-deputado não fala em seu nome pessoal mas geralmente em nome do grupo-partido.

Foi a seguinte a distribuição de tipo de auto-referência:

- | | |
|--------------------------------------------------------|-------|
| 1. Desinência verbal de 1.ª pessoa singular | 4,3% |
| 2. Pronomes de 1.ª pessoa do singular | 2,1% |
| 3. Desinência e pronomes de 1.ª pessoal plural | 33,5% |
| 4. Desinência e pronomes de 3.ª pessoa singular/plural | 10,9% |
| 5. Categoria nominal | 20,4% |
| 6. Infinitivo/Gerúndio | 28,4% |

Estamos aqui perante um discurso «unânime» em que o locutor desaparece por detrás da sua função de dizer o pen-

samento colectivo: *eles falam do seu partido, eles são o próprio partido*. O locutor constitui-se como sujeito integrando-se sempre num conjunto mais vasto (nós), associando-se em seguida à modalidade do poder (infinitivo) para logo reforçar o seu posicionamento enquanto elemento dum conjunto, com o uso da categoria nominal, assumindo então explicitamente as qualidades e relações atribuídas a esta — partido, homem.

À semelhança do discurso feminino, os deputados relegam para último lugar as formas de auto-referência de 1.^a pessoa do singular, as quais marcariam uma particularização, um reforço do papel de agente. O mais importante é, pois, a universalidade, a integração num todo.

O discurso masculino da Assembleia da República destina-se, na sua maioria, aos outros deputados homens, raramente eles se dirigem às mulheres e quando o fazem é apenas para dizer o que elas devem fazer ou para as avisar «não se deixem manipular» ou ainda para prometerem algo: «garantir às mulheres que tudo faremos, uma vez reconhecidos os seus direitos, para que os mesmos sejam respeitados nos precisos termos da Constituição».

3. DE COMO OS HOMENS DIZEM AS MULHERES

3.1. Formas de referência à categoria Mulher

Tendo os discursos um tópico comum — falar sobre as mulheres e o seu mundo — de que formas linguísticas dispõem os locutores para a ele se referirem?

Se queremos mencionar algo exterior, podemos seleccionar basicamente uma categoria Nominal — a mulher —, uma 3.^a pessoa, anáfora da primeira — ela, lhe, a, sua — ou apagamentos destas: desinência verbal ou infinitivo/gerúndio. Assim, encontram-se disponíveis:

- (1) *a mulher faz*
- (2) *ela faz*
- (3) *faz*
- (4) *fazendo (ela)*
- (5) *fazer (ela)*

Nas intervenções dos deputados do sexo M foram encontradas 240 formas de referência à «mulher», com a seguinte distribuição:

CN	48,7%
3. ^a Pessoa	27,9%
3. ^a Dv	15%
I/G	1%

Torna-se agora bastante nítido, pela comparação das distribuições das formas de auto-referência privilegiadas pelas deputadas e pelas formas de referência à mulher privilegiadas pelos deputados, que *a orientação para o significado de mulher* na Assembleia da República é fundamentalmente seleccionada e regulada pelos valores do sexo masculino.

No conjunto das suas intervenções, as mulheres da AR posicionam-se a partir da imagem que os homens têm delas. Aparentemente, elas emprestam *voz feminina* a uma *mensagem cujo sujeito é estruturado no masculino*.

O discurso político masculino tem uma duplicidade estrutural: aparentemente destina-se a todos os deputados mas, na realidade, ele é dirigido aos que ocupam a mesma posição (dominante) no espaço social.

Os partidos que optaram por intervenções masculinas vão «mostrar» o universo de referência ligado à categoria mulher, controlado por eles próprios e pela sua própria visão do mundo — a mulher surge estereotipada: passiva, como ser familiar e ser fecundo; surge como vítima de governos, de regimes, de mentalidades; surge como a desprotegida que é necessário auxiliar, pois sozinha nunca conseguirá libertar-se. A mulher surge igualmente estereotipada, sendo representada por mulheres-símbolo, veículos de uma ideologia: Rainhas, Maria Lamas, Catarina Eufémia — as mulheres excepção: as que foram activas, as que combateram, as que fizeram algo. As outras, essas limitam-se a *sentir*, a não *ser* e, raramente, (ou nunca) a *dizer*. O mito do feminino eternamente oprimido continua latente na estrutura da sequência discursiva dos deputados (homens) na Assembleia da República no dia 8 de Março, *Dia Internacional da Mulher*.

A maioria das formas de referência (mulher) não tem sintáctica e semanticamente um papel activo e controlador na frase: não são maioritariamente sujeitos, não são agentes transformadores do estado de coisas.

O que os homens *dizem* sobre as mulheres não é algo de inovador: homenageiam, saudam-nas, reconhecem-nas vítimas.

A mulher é o «ser familiar» por excelência que possui filhos e também direitos que não são aplicados. Os homens, esses possuem um partido, um povo, uma Sociedade e sobretudo um *país* (o *nosso país*).

Mas será que, neste campo referencial da mulher, há alguma diferença entre os partidos?

Será que, ao longo de dez anos, nada mudou?

É o que tentaremos observar mais adiante. Para já, iremos observar como sexo M e sexo F se posicionam em relação ao poder.

4. A UTILIZAÇÃO DO INFINITO COMO MODALIDADE DO PODER

A ocorrência do infinito (INF) como forma de auto-referência aparece em segundo lugar nos deputados do sexo M e em terceiro lugar nos do sexo F.

O significado geral de INF, no âmbito da auto-referência, é o de modalizar a posição do sujeito em relação a acções ou estados de coisas que o sujeito sabe, pode, deve ou tem de assumir.

O INF é por isso utilizado como uma forma estratégica de regular a plausibilidade da acção a realizar num futuro, pela transtemporalidade reconhecida pela sua representação no presente. Torna-se ainda *aparentemente* desnecessária a presença de um *sujeito* explícito que realize a acção, uma vez que ela «vale» por si própria. Nos discursos sobre o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e dada a vigente divisão sexual de valores, trabalho, papéis, era de esperar que os INFs fossem utilizados com função directivo-instrucional, no sentido de sugerir mais do que descrever, ou dirigir mais do que constatar, comprometer mais do que criticar.

Distinguindo as áreas semânticas dos verbos utilizados no INF, constatamos que no sexo F o processo *metonímico* — *fazer para ser* — prevalece.

É o que nos mostra a ordenação das áreas:

Acção (49,5%) → Declaração (21,0%) → Actividade mental (16,1%) → Estatuto (13,2%).

Pelo seu lado a distribuição dos INFs nas quatro áreas semânticas relativas às intervenções do sexo M revela-nos a preponderância de um *processo metafórico* que é o próprio *texto* do poder. Encontramos assim:

Declaração (67,9%) → Acção (25%) → Actividade mental (7,1%) → Estatuto (0,0%).

O sujeito-homem orienta pois o seu discurso: *Dizer-Fazer-Pensar*. O homem não precisa *ser* (já tem estatuto dominante,

o discurso é por ele). O homem sobretudo fala e, como tal, detém o poder pela palavra. *Dizer*, em política, é fundamental. Antes de *fazer* ou de *saber*, o homem *diz*.

No entanto, quando os deputados referem as mulheres dizem essencialmente o que elas *são*, o que elas *fazem*, o que *pensam* e, nunca, o que *dizem*.

Segundo a distribuição dos verbos, para os deputados, o significado de *mulher* orienta-se do seguinte modo:

Estatuto (57,8%) → Acção (37,2%) → Actividade mental (10,7%) → Declaração (0,0%).

Percebe-se agora que a orientação semântica para a relação *mulher-poder* é uma para as mulheres e outra para os homens.

Enquanto a orientação das mulheres em relação a si próprias é de *fazer para ser*, a orientação dos homens sobre as mulheres é a de *ser para dizer*.

De certo modo aponta-se para um constante equívoco do papel das mulheres em relação ao poder: por um lado, as mulheres *agindo (participando)* para a obtenção do seu próprio estatuto; por outro, os homens *dizendo* (declarando) o *estatuto* que elas devem ter.

A simples constatação do que se passa, *de facto*, no campo da representação numérica de cada um dos sexos na vida política mostra bem que a análise não anda longe da realidade: as mulheres *fazem* e os homens *representam*, porque enquanto as mulheres *fazem por ser* os homens *dizem o que tencionam fazer em relação a elas*. E isto, evidentemente, na melhor das hipóteses.

5. PARTIDOS PARTIDOS, MULHERES A PARTE

Tendo encontrado na análise anterior as grandes linhas de força que dominavam em geral as modalidades do poder do sexo F, distinguindo entre o posicionamento que as mulheres adoptam para si próprias e o posicionamento que os homens lhes atribuem, quisemos verificar se a *ideologia* subjacente a cada partido constituía um factor de variação na *relação acção-estatuto* no discurso das respectivas deputadas e deputados.

Os gráficos que seguidamente apresentamos mostram inequivocamente que a *divisão sexual é mais forte que a ideologia partidária* uma vez que, dentro de cada partido, o sexo feminino atribui à acção um valor sempre superior ao dobro do valor do estatuto.

Pelo seu lado, os únicos dois partidos que se fizeram representar neste contexto pelo sexo masculino apresentam uma relação de valores inversa à do sexo feminino.

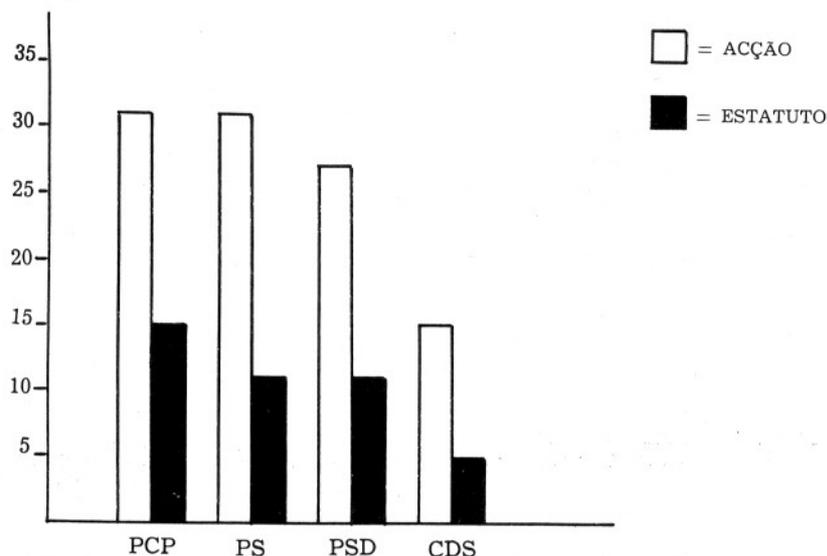


Gráfico 1 — Relação *acção-estatuto* privilegiada pelo *sexo F*, na A.R., como orientação para o significado da relação *mulher-poder*

Para além da tendência comum a todas as deputadas para sobrevalorizarem a *acção* em relação ao *estatuto*, é interessante observar as diferentes distribuições desta relação nos quatro partidos representados no gráfico 1. Verifica-se, por exemplo, que o *nível de estatuto* atribuído às mulheres pelas deputadas do PCP corresponde ao *nível de acção* atribuído às mulheres pelas deputadas do CDS. Esta correspondência aponta para diferenças de natureza ideológica: as deputadas do CDS avançam como *programa de acção* aquilo que as deputadas do PCP dão como *adquirido*, como passivo. De qualquer modo, e dado que na A.R. o princípio de representação se faz por partidos e não por sexos, são as diferenças de ideologia partidária que, na prática, acabam por se sobrepor a uma certa «solidariedade» subjacente a todo o sexo feminino, criada pela desigualdade de posicionamento em relação ao poder, distribuída e mantida desigual pelo sexo masculino na A.R. como em outras instituições.

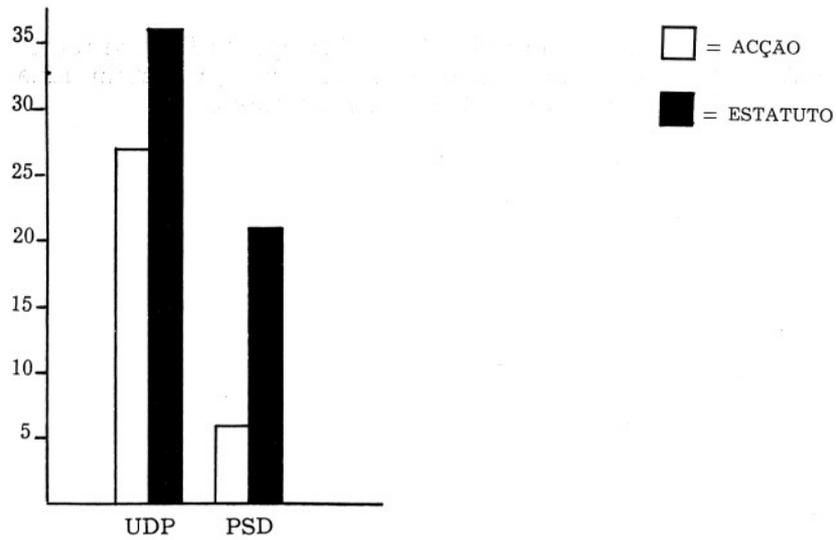
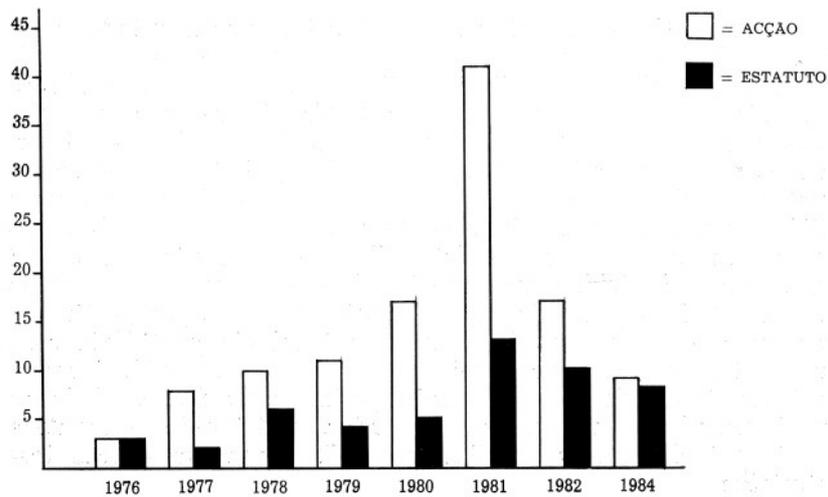


Gráfico 2 — Relação *acção-estatuto* privilegiada pelo sexo M, na A. R., como orientação para o significado da relação *mulher-poder*

6. DEZ ANOS: QUE TRANSFORMAÇÃO NA ORIENTAÇÃO PARA O SIGNIFICADO DE MULHER EM RELAÇÃO AO PODER?

Entre 1976 e 1984 a *relação acção-estatuto*, representada no discurso das deputadas, foi a seguinte:



O gráfico mostra que o ciclo da *acção* se desenvolve progressivamente, a partir de 1976, atingindo o seu máximo em 1981, ano em que, também, se verificou um maior número de intervenções de deputadas. No entanto, este desenvolvimento não depende exclusivamente da sua representação numérica. Em 1979, por exemplo, apesar de terem intervindo apenas duas deputadas, a progressão a nível da *acção* continuou a registar-se. É a partir de 1981 que a *acção*, enquanto valor de poder, se reduz, no sexo F, para menos de metade logo em 1982, e para menos de um quarto em 1984. *Esta quebra parece apontar não para uma alteração do significado de «mulher» mas para uma mudança política que introduz alteração no significado de acção, reduzindo-a como modalidade de poder.*

É como se um primeiro ciclo, iniciado com o 25 de Abril, se fechasse, sete anos depois, em 1981.

Um novo ciclo parece aí iniciar-se que, em 1984, aponta para uma relação de equilíbrio *acção/estatuto*.

Note-se, aliás, que a distribuição de *estatuto* no gráfico apresenta, até 1981, irregularidades: desce em 77, sobe em 78, desce novamente em 79 para subir em 80 e 81.

Ora, após 1981, não se observa nas colunas relativas a *estatuto* a mesma quebra registada para a *acção*. De 81 a 84, a *acção* fica reduzida a cerca de 22%, o *estatuto* regista uma descida mas apresenta, em 84, 61,5% do *estatuto* obtido em 1981.

Tudo parece indicar que, em 10 anos de transformação social, *não foi o significado de mulher na A. R. que se alterou*. O mais provável é que, também na A. R., dez anos tenham sido suficientes para as mulheres aprenderem, tendo acesso a um contexto predominantemente político, os valores e os princípios reguladores «democraticamente» dominantes que continuam, também na A. R., sob o controlo dos homens.

7. QUE ESTATUTO POLÍTICO PARA AS MULHERES?

De 1974 a 1984, as deputadas não representaram as mulheres em geral. Apresentaram, sim, uma série de valores social e ideologicamente atribuídos às mulheres que tentaram introduzir no contexto político da A. R. Foi em relação a estes valores, e não às mulheres, que as deputadas se posicionaram. As deputadas preferiram representar os seus partidos, ou, alternadamente, representarem-se a si próprias, como individual exemplar dentro de cada partido. Foi, portanto, através da ideologia partidária que apresentaram e representaram outras mulheres.

Esta foi a razão que esteve na base de um processo discursivo fundamentalmente *descritivo* que teve aparentemente como objectivo o estabelecimento de relação entre a representatividade do que descrevia e a sinceridade do que preconizava. O compromisso subjacente parece não ter sido levado a cabo, uma vez que estava dependente do grau de representatividade, *estatuto* de quem se comprometia, e não dos valores de verdade do que era descrito. As mulheres pareciam acreditar que, em política, os valores de verdade dependiam da capacidade de acção em relação ao poder. Mas os homens sabem que, em política, o estatuto é mais importante que a acção: «Em política o que parece, é».

«*Fazer para ser*» foi pois a orientação imprimida nos discursos das deputadas para a obtenção de um estatuto de emancipação. Ou seja, cada mulher terá de fazer por ser e, sendo, continuará a fazer. Uma espécie de mito de Sísifo de sexo feminino, a mulher portuguesa que, no ciclo da acção, só eventualmente usufrui do realizado, porque o realizado é o ponto de partida para nova acção e não para o reconhecimento do estatuto de quem o realiza. Cada ciclo de acção pressupõe um novo ciclo de acção. A modalidade cíclica atinge, aliás, a forma como os partidos recuperam as várias questões — partidarizando a evolução, ou impondo a simples repetição sem evolução dos conceitos em referência. O ciclo aliás alimenta o próprio sistema que produz, integra, elabora e, finalmente, consome os conceitos de que parte.

No final de cada ciclo há um retomar de conceitos e referências, nem sempre novos mas sempre renováveis, com os quais se parte para um novo ciclo. Esta é talvez a razão para que, ao nível do senso comum, se reconheça que, nalguns aspectos, nomeadamente nos que tocam as mulheres, de ano para ano, de governo para governo, de partido para partido, o lema é «baralhar e tornar a dar».

Dez anos aparecem com dois tipos de orientação para o significado, correspondentes a dois ciclos distintos. O primeiro regulado basicamente por um critério de *acção* (até 1981), o segundo tendente a equilibrar a relação *acção/estatuto* (a partir de 1981).

Se, de certo modo, ao nível do discurso político, as mulheres encerraram o ciclo do *fazer para ser*, só o futuro poderá mostrar *quem é quem na representação*.